

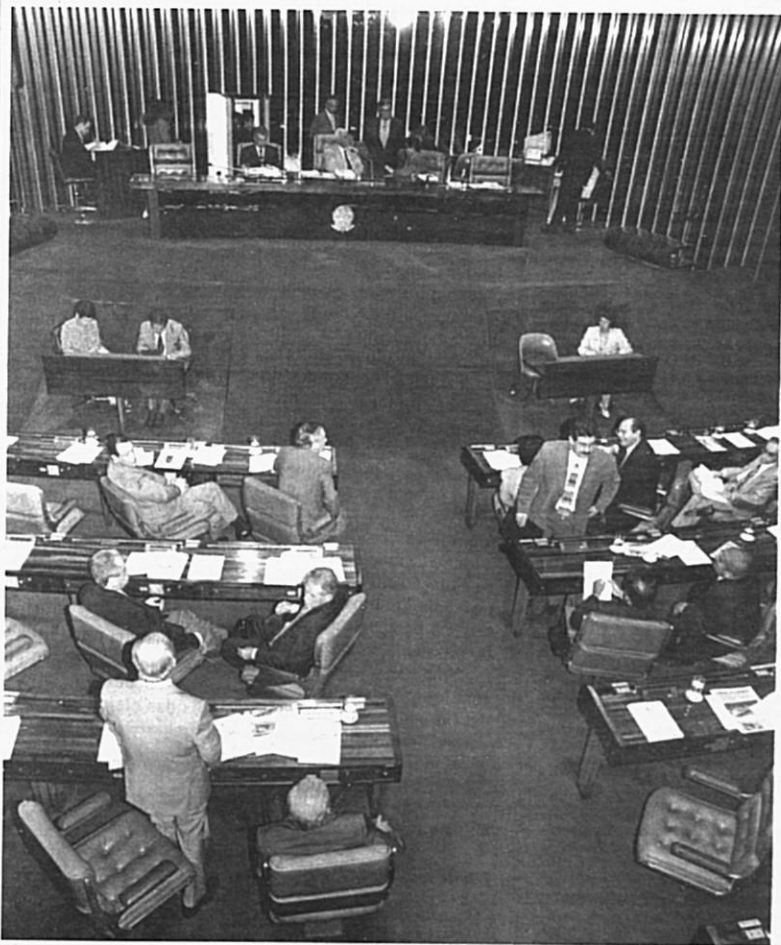
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 630 - Brasília, segunda-feira, 2 de fevereiro de 1998

Plenário já apreciou 31 matérias no primeiro mês da convocação

Entre as propostas aprovadas na semana, estão a instituição do Serviço de Radiodifusão Comunitária, a regulamentação do trabalho voluntário prestado a entidades de utilidade pública e a criação de região para o desenvolvimento do Entorno do DF



O plenário do Senado, palco de decisões importantes em um mês de convocação extraordinária

Nas quatro primeiras semanas da convocação extraordinária do Congresso Nacional, iniciada no dia 6 de janeiro e que se estenderá até 13 de fevereiro, o Senado já apreciou 31 matérias. O saldo do trabalho dos senadores em janeiro registra a realização de 18 sessões plenárias, a aprovação de 27 propostas - inclusive a emenda constitucional sobre o regime dos militares - e o arquivamento de quatro.

Na semana que passou (de 26 a 30 de janeiro), o plenário do Senado

aprovou, entre outras matérias relevantes, projetos de nítida preocupação social: a instituição do Serviço de Radiodifusão Comunitária, a regulamentação do trabalho voluntário prestado a entidades de utilidade pública e a criação de região para o desenvolvimento de Brasília e seu Entorno.

Entre as matérias apreciadas, estão emendas constitucionais, projetos de lei, acordos internacionais, operações de crédito e escolhas de autoridades. **Página 3**

1 Comissões examinam a Lei Pelé amanhã e quarta

Membros da CAS, da CCJ e da CE deverão votar inclusive emendas dos senadores. **Pág. 2**

...

2 CCJ vota proposta que disciplina direitos autorais

Texto em votação é um substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto do Senado. **Pág. 2**

...

3 Sigilo bancário e vínculo de cooperativados em pauta

Conheça a agenda das comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais. **Página 3**

Nesta edição Lavagem de dinheiro

Romeu Tuma considera essencial a aprovação dos projetos relativos à lavagem de dinheiro e ao sigilo bancário. **Pág. 7**

Reforma administrativa gera debate no plenário

Páginas 4 e 5

Garimpo leva morte a índios

Marina Silva denuncia que os índios yanomami estão sendo vítimas de uma "verdadeira chacina". **Página 8**

Lei Pelé e direito autoral são destaques na pauta

O substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que trata dos direitos autorais é um dos itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que se reúne amanhã às 10h. Já às 11h, reúnem-se conjuntamente as comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Educação (CE) e CCJ para a apresentação do parecer dos relatores nessas comissões sobre a Lei Pelé.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator da propo-

sição sobre os direitos autorais, apresentou parecer pela aprovação parcial do substitutivo da Câmara, deixando de acolher os seus artigos 36, 37 e 38, que transferem ao empregador, ao comitente ou ao produtor os direitos autorais quando as obras forem feitas em cumprimento a dever funcional, sob encomenda ou por contrato de produção audiovisual, respectivamente.

Outro projeto que será analisado pela CCJ amanhã é o que cria, transforma e extin-

gue cargos e funções no quadro de pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto, de autoria do

A CCJ recebe quarta-feira relatório de Romero Jucá sobre as emendas de plenário à proposta de reforma administrativa

Executivo, tem como relator o senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Na quarta-feira, a CCJ vai receber o relatório do sena-

dor Romero Jucá (PFL-RR) para as emendas de plenário à proposta de reforma administrativa. A reunião extraordinária está marcada para as 10h.

DESPORTO

O projeto de lei que institui as normas gerais sobre desporto (a Lei Pelé), que é o

tema da reunião conjunta da CCJ, CAS e CE amanhã, quando será apresentado o relatório sobre a matéria, já está com a

votação marcada para a próxi-

ma quinta-feira, às 10h, também em reunião conjunta.

Os relatores da Lei Pelé nas comissões são Leomar Quintanilha (PPB-TO) na CCJ, Benedita da Silva (PT-RJ) na CAS e o presidente da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), nessa comissão.

A CCJ já recebeu quatro emendas ao projeto, sendo duas do senador Gilvam Borges (PMDB-AP) e duas do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLS nºs 7/95 e 53/97), que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; "PLS nº 7/95 - Complementar (tramita em conjunto com os PLS nºs 219/95 e 53/97), que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifica; "PLS nº 53/97 (tramita em conjunto com os PLS nºs 219/95 e 7/95), que altera o art. 38 da Lei nº 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei nº 7.492/86

Quarta-feira (04.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "Projeto de Resolução nº 1/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a elevar temporariamente os limites previstos no art. 4º, incisos I e II, da Resolução 69/95, do Senado Federal, de forma a permitir que o estado possa realizar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de R\$ 38,6 milhões; e "Mensagem nº 81/98, que submete à deliberação do Senado o nome de Carlos Alberto Pessoa Pardellas, ministro de primeira classe do quadro especial da carreira de diplomata, para exercer a função de embaixador do Brasil junto à República da Bulgária

Quinta-feira (05.02.98)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: "PDL nº 133/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação na área de Turismo, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República da Hungria

COMISSÕES

Terça-feira (03.02.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: "PLS nº 219/95 - Complementar, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras; "PLS nº 7/95 - Complementar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações à Secretaria da Receita Federal por parte das instituições financeiras, sociedades corretoras e assemelhadas que especifica; e "PLS nº 53/97 - Complementar, que altera o art. 38 da Lei 4.595/64 e os arts. 18, 23 e 24 da Lei 7.492/86. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PLC nº 02/98, que cria, transforma e extingue cargos e funções no quadro de pessoal da secretaria do Supremo Tribunal Federal; e "PLS nº 249/89, que altera, atualiza e consolida a Lei nº 5.988/73, que regula os direitos autorais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 78/97 (apresentação do relatório), que institui normas gerais sobre desporto. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Mensagens nºs 80/97 e 83/98, submetendo à deliberação do Senado Federal os nomes dos diplomatas Mário Augusto Santos e Synesio Sampaio Goes Filho para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal, respectivamente; "PLC nº 47/96, que altera a Lei nº 7.565/86, para incluir hipótese de destruição de aeronave; "PDL nº 144/97, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Brasil e o Uruguai, em Rivera, em 16.10.96; "PDL nº 74/97, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93; "PDL nº 132/97, que aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Brasil e a Itália, em Roma, em 12.02.97; "PDL nº 59/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas relativo ao ingresso do Brasil, na qualidade de membro pleno, no Comitê do Aço da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE, celebrado entre o Brasil e aquela organização, em Paris, em 17.06.96. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (04.02.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: "PEC nº 41/97 (apresentação do relatório), que modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas, e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: "Requerimento da senadora Marina Silva, para que seja convocado por esta comissão os ministros de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, da Ciência e Tecnologia, Israel Vargas; e presidente do Ibama, Eduardo Martins; e o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe, Márcio Nogueira Barbosa; além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade científica, para prestar informações, em audiência pública, sobre os índices de desmatamento da Amazônia, referentes ao período de 1995-1997, anunciados nesse último dia 26.01.98, na cidade de São José dos Campos; "PLC nº 31/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 156/97), revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; e "PLS nº 156/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 31/97), altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (05.02.98)

10h - Reunião conjunta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação

Pauta: "PLC nº 78/97 (discussão e votação), que institui normas gerais sobre desporto. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Lauro compara Brasil a um avião em pane

O senador Lauro Campos (PT-DF) lamentou sexta-feira que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua visita à Suíça, demonstre "tranquilidade absoluta" em relação à situação econômica do Brasil, enquanto "técnico renomado - o economista Kenneth Couris, do Deutsche Bank - faz um prognóstico de que o governo será obrigado a desvalorizar o real dentro de seis meses".

Lauro Campos afirmou que, na situação em que se encontra o país, "muito mais honesto seria perceber a dimensão do problema, em vez de ditar medidas despóticas para os funcionários públicos, pois essa migalha que tirarão de-

les é a expressão única e exclusiva da desumanidade, da indiferença em relação aos destinos da nossa geração".

O senador citou comentário feito pelo presidente à *Gazeta Mercantil*, em junho do ano passado, quando foi perguntado sobre o medo e disse que, no avião, "sentimos medo porque não o sabemos controlar, não entendemos seu mecanismo". Em alusão ao Brasil, Lauro Campos completou: "Esse avião, entretanto, já entrou em pane e sua excelência continua com aparente tranquilidade para ver se consegue empurrar o desastre até depois das eleições".

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

Quatro proposições foram arquivadas mas 27 foram aprovadas. Entre estas, a emenda constitucional sobre o regime dos militares, a instituição da Radiodifusão Comunitária e a regulamentação do trabalho voluntário

Senado já apreciou 31 matérias na convocação

Trinta e uma matérias já foram apreciadas pelo Senado nas quatro primeiras semanas da convocação extraordinária do Congresso Nacional, instalada no dia 6 de janeiro e que se estenderá até 13 de fevereiro. O saldo do trabalho dos senadores em janeiro registra a realização de 18 sessões plenárias, a aprovação de 27 proposições - inclusive a emenda constitucional sobre o regime dos militares - e o arquivamento de quatro.

Na semana que passou (de 26 a 30 de janeiro), o plenário do Senado aprovou, entre outras matérias relevantes, projetos de nítida preocupação social: a instituição do Serviço de Radiodifusão Comunitária, a regulamentação do trabalho voluntário prestado a entidades de utilidade pública, e a criação de região para o desenvolvimento de Brasília e seu Entorno.

As rádios comunitárias foram definidas como emissores de baixa potência e cobertura restrita, outorgadas a fundações e associações co-



Nas quatro primeiras semanas da convocação extraordinária, senadores já realizaram 18 sessões plenárias

munitárias, sem fins lucrativos, sediadas na mesma localidade de prestação do serviço, e que visem a integração e o convívio social, ou a prestação de serviços de utilidade pública, sendo entendidas como parte de um sistema complementar à radiofonia convencional.

Outros objetivos da Radiodifusão Comunitária são contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos jornalistas e

radialistas, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, estimular a difusão de idéias e elementos de cultura, tradições e hábitos sociais.

Já durante a discussão do projeto que estabelece a definição legal do trabalho voluntário, os senadores reconheceram que a necessidade de caracterizar esse tipo de serviço tornou-se premente a partir da

instalação, dentro do Programa Comunidade Solidária, de 10 Centros de Voluntariado em grandes cidades brasileiras, utilizando financiamento de 8 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O projeto aprovado pelo Senado define como serviço voluntário a atividade não-retribuída, não-geradora de vínculo empregatício ou obri-

gações trabalhistas, exercida junto a entidades, públicas ou privadas, sem fins lucrativos, e que tenham como finalidade prestar assistência social ou desenvolver objetivos científicos, culturais, educacionais ou recreativos. Despesas comprovadas poderão ser ressarcidas, desde que expressamente autorizadas, e será obrigatória a assinatura de termo de adesão entre a entidade e o prestador do serviço.

Uma outra proposta aprovada na semana passada obteve o apoio da maioria do plenário pelo relevante interesse social: trata-se da criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride), que englobará Brasília e suas cidades-satélites, além de 19 municípios de Goiás e dois de Minas Gerais. O objetivo da medida é gerar condições de aumento da oferta de emprego e de serviços básicos às populações envolvidas.

Sigilo bancário em debate na CAE e vínculo de cooperativados na CAS

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), vai discutir e votar amanhã, o projeto de lei complementar sobre o sigilo bancário de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), vota na quarta-feira o projeto de lei da Câmara que trata do vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, relatado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

A CAS vai examinar ainda requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC), de convocação dos ministros do Meio Ambiente, dos

Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause; e da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas; do presidente do Ibama, Eduardo Martins; do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Márcio Nogueira Barbosa, além de representantes de organizações não-governamentais e da comunidade específica.

A senadora deseja que todas essas autoridades falem à comissão, em audiência pública, sobre os índices de desmatamento da Amazônia nos últimos dois anos, anunciados no dia 26 de janeiro na cidade paulista de São José dos Campos.

AERONAVES HOSTIS
O projeto de lei da Câmara que inclui a hipótese de destrui-

ção de aeronaves hostis, relatado pelo senador José Agripino (PFL-RN), é um dos sete itens da pauta da reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), cujo presidente em exercício é o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A CRE examina também as indicações para cargos de embaixador dos diplomatas Mário Augusto Santos e Synesio Sampaio Goes Filho, para as embaixadas do Brasil junto à Ucrânia e a Portugal, respectivamente, cujos relatores são os senadores José Agripino e Hugo Napoleão (PFL-PI). As outras matérias são projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO DURANTE A CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA (de 6 a 30 de janeiro)

Projetos aprovados e enviados à sanção.....	8
Projetos aprovados e enviados à promulgação.....	14
- Acordos internacionais	4
- Operações de crédito	7
- Assuntos Administrativos	1
- Emenda à Constituição	1
Mensagens de escolha de autoridades.....	2
Projetos aprovados e enviados à Câmara	3
Total de matérias aprovadas	27
Projetos enviados ao Arquivo	4
Total de matérias apreciadas	31
Número de sessões realizadas	18

REFORMA ADMINISTRATIVA

Jefferson: disponibilidade é demissão disfarçada

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) alertou sexta-feira para a quebra disfarçada da estabilidade prevista na proposta de reforma administrativa, argumentando que a colocação do servidor em disponibilidade, com vencimentos proporcionais, "é uma forma esperta de quebra da estabilidade". Na sua opinião, se essa iniciativa entrar em vigor, "vai ficar muito fácil para um governante atingir adversários políticos".



Jefferson: servidor fica vulnerável

funcional diante de agentes públicos temporários e contra perseguições e humores de chefes.

Na opinião de Jefferson Péres, a flexibilização da estabilidade prevista no projeto para os casos de insuficiência de desempenho ou excesso de quadro de pessoal significa na prática a quebra da própria estabilidade. Ele comentou que seria razoável incluir a insuficiência de desempenho como mais uma das causas de de-

missão, desde que isso fosse precedido de processo administrativo, assegurado o pleno direito de defesa.

O senador apontou, porém, o fato de que o projeto fala em ampla defesa, mas omite a necessidade do processo administrativo, o que "torna a ampla defesa uma farsa". Jefferson sustentou que o processo legal de defesa do servidor está consagrado na Constituição, sendo um instituto suprallegal que ampara uma garantia fundamental do cidadão contra o arbítrio.

Referindo-se ao excesso de quadro, justificado pela necessidade de adequação do Orçamento à Lei Rita Camata, o senador apresentou a seguinte questão: "Como se pode admitir que um servidor que ingressou por concurso público perca sua garantia por ação de um governante que não quis agir com austeridade?". A seu ver, é fundamental definir-se quais seriam os critérios para essa demissão.

Lauro diz que está em jogo a independência do serviço público

O senador Lauro Campos (PT-DF) afirmou durante a discussão da proposta de reforma administrativa, sexta-feira, não poder concordar com "essa forma de modernização do serviço público que tem por objetivo, em nome da eficiência e da modernidade, recuar o serviço público brasileiro a formas anteriores à própria modernidade, a formas coetâneas da monarquia, em que o serviço público tinha outro sentido, sem impessoalidade, sem independência, sem a característica de crítica que pode exercer".

Ele afirmou que as recentes propostas do Poder Executivo são norteadas pela perda de direitos de praticamente todos os segmentos da sociedade e das forças traba-

lhadoras do Brasil - desde os mais modestos assalariados, que perderam, através dessas medidas, conquistas sociais como o 13º salário e a indenização por demissão sem justa causa, até os servidores públicos, que estão sem reajuste salarial há 30 meses.

Para Lauro Campos, a reforma administrativa pretende acabar com outras garantias do serviço público que são imprescindíveis para que este possa ser independente, como a estabilidade. O senador afirmou ainda que os servidores públicos estão inseguros, e que, em nome da eficiência, retira-se a impessoalidade do serviço público, desprezam-se os funcionários públicos "que não têm a produtividade física que é o modelo paulistano do capitalismo brasileiro".



Lauro: reforma à moda do Império

- Quem mora em Brasília é uma categoria diferente, que deve ser apenada, de acordo com essa mentalidade. Nós, que preferimos a vida à eficiência, a tranquilidade e a estabilidade à retirada de direitos, à instabilidade e à insegurança, não podemos concordar com essa reforma - concluiu.

Tebet: ampla defesa antes de uma possível demissão



Tebet não vê ameaça à estabilidade, mas deseja aperfeiçoar a proposta

Com o argumento de que o servidor público não pode ficar sujeito à ameaça de governantes, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) voltou a defender sexta-feira a estabilidade do funcionalismo, explicando que é essencial essa garantia para quem ingressou na carreira por concurso. Na sua opinião, o poder público devia fazer reforma administrativa "em cima dos gastos desnecessários, não às custas do servidor".

Tebet criticou as metas governamentais de demissão de servidores, afirmando ser injustificável a adoção de medidas para dispensar pessoas concursadas e garantidas pela Constituição, numa época em que o desemprego já é tão assustador. O senador previu que, antes do ano 2000, essa reforma não se aplicará, e lembrou que daqui a alguns meses as demissões no serviço público serão proibidas, em razão da campanha para as eleições de outubro.

Ele admitiu que a administração pública padece de sérias deformações, porém muito mais de ordem cultural que legal. E declarou não acreditar que a reforma administrativa em estudo seja solução milagrosa para resolver o problema da Fede-

ração brasileira e as dificuldades enfrentadas pelo poder público nos estados e municípios.

Ramez Tebet também explicou que, na forma como veio da Câmara, o projeto não quebra a estabilidade do servidor. "Ele altera dispositivos, mas mantém o instituto da estabilidade", afirmou o senador, explicando que, após três anos de efetivo exercício, os servidores concursados serão estáveis. "A única diferença é que o estágio probatório, hoje de dois anos, passará a ser de três anos", acrescentou.

A seu ver, a única inovação na reforma são os procedimentos de avaliação periódica, em razão de insuficiência de desempenho do servidor, assegurada a ampla defesa. "Aqui também não se quebra a estabilidade do servidor, apenas se coloca no texto constitucional a avaliação periódica por insuficiência de desempenho", frisou.

Apesar das restrições à proposta em tramitação, Ramez Tebet anunciou que votará a favor da reforma administrativa, mas apoiará também as emendas destinadas a corrigir suas imperfeições. Em sua opinião, a reforma insere-se num processo de aperfeiçoamento. "O processo é didático. Temos que mudar o Brasil, mas vamos fazê-lo sem cometer excessões", disse ele.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Emenda sugere concurso interno para preencher vaga

Os cinco dias de discussão da reforma administrativa em plenário terminaram na sexta-feira, com a apresentação de mais três emendas, elevando para 26 o total de alterações pretendidas pelos senadores. O relator da proposta na CCJ, senador Romero Jucá (PFL-RR), já está analisando as emendas de plenário para apresentar seu parecer à comissão.

Entre as emendas encaminhadas no último dia está uma encabeçada pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que pretende permitir a realização de concurso interno no serviço público para preenchimento de vagas. Conforme a justificativa, a exigência de que os concursos sejam sempre públicos é um "engessamento inconveniente para a administração" e, portanto, "contrário ao interesse público".

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é autora das



Romero Jucá analisa as emendas



Amorim: concurso inconveniente

outras duas emendas à reforma administrativa apresentadas no último dia de discussão da matéria em plenário. Ela quer impedir que órgãos da administração direta possam assinar com o governo contratos de gestão. Conforme a senadora, esses contratos são típicos de empresas estatais e, se adotados na administração direta, permitirão que sejam "flexibilizados" salários de funcionários públicos. Assim, esses servidores poderão ter salários diferentes de colegas de

outras secretarias.

Na outra emenda, Emília propõe eliminar uma expressão no artigo que trata de concurso público. O texto da reforma diz que os concursos públicos serão realizados "de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei". A senadora quer retirar essa expressão, ponderando que ela abre uma brecha que "certamente será utilizada" para amenizar a obrigatoriedade do concurso público.

Benedita descrê da eficácia da idéia de gerencialismo

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou que a reforma administrativa proposta pelo governo "não será capaz de tornar a administração pública efetiva e eficaz", por dar ênfase ao gerencialismo.

O gerencialismo pressupõe que a administração pública seja efetiva e eficaz e, ao mesmo tempo, democrática e moderna. O que não é a nossa realidade, pois a máquina administrativa brasileira não está preparada para essa nova alternativa. É legítimo tentar tornar o serviço público brasileiro mais eficiente, desde que não se perca de vista o destinatário final, que, a nosso



Benedita: medida pode ser ineficaz, é o cidadão - disse.

Para Benedita da Silva, no Brasil não existe um corpo de funcionários profissionalizados capaz de atenuar a tendência de a discricionariedade gerencial se converter em arbítrio, corrupção e clientelismo "em proporções ainda maiores do

que as já existentes".

Como um funcionário despreparado, desestimulado e sob a pressão de atingir as metas que a ele são impostas pelo gerencialismo poderá avaliar (arbitrar) o potencial de seus subordinados? Perguntas como essa deixam em dúvida se o resultado dessa reforma não será mais prejudicial do que benéfico ao país - acentuou.

A senadora disse que o modelo de reforma com ênfase no gerencialismo foi utilizado pela Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, nos últimos dez anos, e ainda não se comprovou a eficácia da medida por meio de resultados concretos.

Emília Fernandes apóia a luta dos aposentados

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) solidarizou-se ontem com aposentados e pensionistas pelo transcurso do Dia do Aposentado - em 24 de janeiro - e manifestou seu reconhecimento à luta que travam em defesa de seus "legítimos e históricos direitos".

A senadora lembrou que, recentemente, milhares de pessoas foram às ruas para expressar a sua indignação com o "descaso" do governo federal. A seu ver, a medida provisória incluída no recente ajuste fiscal do governo, que retirou de uma hora para outra da folha salarial milhares de aposentados e pensionistas, agravou ainda mais a situação.

Hoje, 14 milhões de aposentados e pensionistas, que ganham apenas um salário mínimo, são vítimas de medidas provisórias injustificadas, do arrocho salarial, da falta de hospitais e de medicamentos, entre outros direitos cortados ou sob ameaça de serem retirados - argumentou.

A senadora destacou o trabalho da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) e solicitou a publicação de manifesto no qual a entidade apresenta as suas propostas. "A despeito da situação vivida e das investidas contra eles, os aposentados e pensionistas levantam suas



Emília: classe desassistida

vozes com dignidade, coragem e, acima de tudo, com sentimento de profundo patriotismo".

Emília criticou, ainda, a manifestação do presidente Fernando Henrique Cardoso de ataque à "Era Vargas", no momento em que sancionava o contrato temporário de trabalho, que, de acordo com a senadora, elimina direitos consagrados dos trabalhadores.

Na verdade, a intenção anunciada de acabar com a "Era Vargas" não tem tido outro significado senão o de destruir o que foi construído sob a liderança do ex-presidente, ou seja, uma nação industrializada, soberana em relação aos seus patrimônios públicos e recursos naturais, que valoriza quem trabalha e produz - concluiu.

Ignácio defende o auxílio-natalidade para autônomas

Projeto de lei apresentado pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) estabelece que a trabalhadora autônoma também terá direito ao salário-maternidade. A lei atual assegura esse direito apenas à trabalhadora com vínculo empregatício e, excepcionalmente, à segurada especial. Essa forma de salário é pago, normalmente, 28 dias antes e 92 dias depois do parto.

De acordo com a proposição, o valor do salário-maternidade da trabalhadora autônoma deverá corresponder à média dos últimos doze meses de salário de contribuição, observada a carência de um ano.

Julgamos injusto o trata-



Ignácio: média dos doze meses

mento que a atual legislação previdenciária vem dispensando a essa valorosa classe de trabalhadoras, que não se constitui apenas de profissionais liberais, mas também de vendedoras, sacoleiras, faxineiras, diaristas - argumenta José Ignácio Ferreira na justificativa do projeto.

CARTAS

"Parabenizo o *Jornal do Senado* pela qualidade e objetividade das reportagens. O veículo é um meio eficiente para manter a sociedade informada da atuação dos senadores.

Ratifico o desejo de continuar recebendo este dinâmico jornal, lido por toda a minha família, e comunico que estou colecionando os exemplares para, no futuro, ter 'catalogados' os passos dos atuais senadores e, assim, votar corretamente."

Antonio Augusto da Rosa Carneiro (Uruguiana-RS)

"Agradeço sensibilizado a remessa contínua do salutar e importante *Jornal do Senado*. Estou jubiloso por estar mais bem instruído sobre as atividades políticas e sociais dessa Casa mais alta do Poder Legislativo.

Aproveito o ensejo para perguntar se há projeto de expandir esse importante informativo criando o *Jornal do Congresso Nacional*, o que proporcionaria aos leitores um elenco mais amplo de informações sobre o Parlamento.

Sugiro, ainda, que o *Jornal do Senado* publique o assunto, número e data dos decretos legislativos e dos projetos aprovados pelo Congresso Nacional."

Fernando Ferreira de Andrade (Vila Velha-ES)

"Parabenizo a equipe do *Jornal do Senado* pelas excelentes matérias e solicito a remessa regular desse veículo para que eu possa acompanhar o trabalho dos senadores e a tramitação das propostas no Congresso Nacional. Esse conhecimento me permitirá transmitir aos congressistas os anseios e preocupações da sociedade, referentes às propostas em debate no Legislativo."

Yuri Gagarynn de Oliveira (Vila Rica-MT)

"A remessa do *Jornal do Senado* a este sindicato é de grande utilidade devido ao alto padrão das notícias veiculadas."

José Martins dos Santos - presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo de Campinas e Região (SP)

Redução de barreiras comerciais, ao mesmo tempo em que estimula a economia, pode provocar o desemprego nos setores que se modernizam, alerta o senador

Globalização com justiça, o apelo de Lobão

Em discurso sobre a globalização e o desemprego, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou sexta-feira que duas atividades altamente geradoras de emprego parecem estar sendo negligenciadas pelo governo: a construção civil e o Proálcool. Sobre esse programa, que considerou abandonado, o senador afirmou que, além de ter sido responsável por milhões de empregos, foi "condutor de uma situação nova para o problema da poluição".

O senador iniciou seu pronunciamento afirmando que não há como escapar da globalização, que é objetiva, ocorre independentemente das vontades de quaisquer agentes e é resultado de uma evolução histórica de profundas raízes. A globalização, acrescentou o senador, teve sua marcha acelerada por dois fatores: a adesão dos países socialistas à economia de mercado e as novas tecnologias das telecomunicações e da informática.

Para Edison Lobão, o Brasil está, corretamente, participando desse processo, e teve de empreender reformas profun-



Edison Lobão: preocupação com desemprego

drões totalmente fora de controle, inclusive dos estados mais poderosos; e a senadora Marina Silva (PT-AC) qualificou o avanço científico de um patrimônio da humanidade:

- O problema é que, dentro do sistema em que vivemos, esse patrimônio é indevidamente apropriado por determinados segmentos que não fazem sua distribuição social - disse Marina, informando que, devido ao aumento do desemprego, apresentam projeto ampliando o número de parcelas do seguro-desemprego.

funda miséria:

- Não podemos continuar a ter os que podem tudo, em termos financeiros, e os que cada vez têm menos - disse.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) manifestou sua preocupação com o desemprego; o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou que a sociedade humana assiste a uma tendência globalizante que obedece a parâmetros e pa-

drões totalmente fora de controle, inclusive dos estados mais poderosos; e a senadora Marina Silva (PT-AC) qualificou o avanço científico de um patrimônio da humanidade:

- O problema é que, dentro do sistema em que vivemos, esse patrimônio é indevidamente apropriado por determinados segmentos que não fazem sua distribuição social - disse Marina, informando que, devido ao aumento do desemprego, apresentam projeto ampliando o número de parcelas do seguro-desemprego.

o que está em jogo, entretanto, é a possibilidade de construção de uma sociedade mais civilizada e baseada no respeito à pessoa e à vida. "Uma sociedade intrinsecamente democrática, em que todos sejam iguais perante as leis, sem favorecimentos ou apadrinhamentos, sem os jeitinhos, a corrupção e outras mazelas".

Finalmente, o senador elogiou artigo do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, na revista *Vêja*, intitulado "A lei da selva tenta uma cartada" pela crítica contundente "à excessiva tolerância com o desrespeito às leis e à proteção quase paternal que devotamos a infratores em geral".

Freire condena campanha em favor da impunidade no trânsito

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que o Brasil precisa construir uma "civilização respeitosa consigo", e que o acatamento e observância ao novo Código de Trânsito é uma trilha importante nesse objetivo maior. "Nesse sentido não podemos ser brandos, sob pena de nos tornarmos bárbaros", destacou.

Segundo Roberto Freire, com a implantação do novo código temos assistido a uma curiosa cruzada em favor da transgressão de regras e pela impunidade de nas ruas. O senador assinalou que "alguns jornalistas incautos e uma população permissiva e leniente vasculham argumentos que chegam a ser infantis, de tão inconsistentes".



Roberto Freire: povo civilizado

Em defesa do novo instrumento de lei, o senador disse que, três dias após a publicação do código, a queda no número de acidentes na cidade de Santos, São Paulo, foi de 50%.

Roberto Freire lembrou que

Edição do Senado traz o novo Código de Trânsito

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado acaba de lançar um livro, de 205 páginas, com o novo Código de Trânsito Brasileiro. A publicação contém um índice detalhado, que permite ao leitor achar com rapidez a parte que lhe interessa.

O livro já contém o texto da lei aprovada pelos senadores no dia 19 de janeiro e que trata da obrigatoriedade do teste psicotécnico para quem vai tirar carteira de motorista. Faz ainda parte do livro, em anexo, todos os vetos que o presidente da República fez no texto do código aprovado pelos senadores e deputados. Os vetos ainda terão de ser votados pelos parlamentares.

Quem quiser adquirir o livro, por R\$ 5,00, pode se dirigir àquela Subsecretaria do Senado, em Brasília, ou fazer o depósito em qualquer agência da CEF ou do BB, enviando o recibo original ao Senado, pelos correios. O depósito deve ser feito em nome de Funsep. Na CEF, o crédito deve ser para a agência 1386, conta 920001-2. No Banco do Brasil, agência 0452-9, conta 55560204-4. O recibo original do depósito deve ser enviado para a Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal - Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília - DF.

Um panorama do cinema no Petrônio Portella

Panorama do Cinema Brasileiro, de Jurandy Noronha, é o filme que será exibido nesta quarta-feira, no Auditório Petrônio Portella, dentro do projeto Cultura ao Meio-Dia. Essa antologia apresenta a história do cinema desde o seu início até a eclosão do Cinema Novo, incluindo as premiações obtidas em festivais e exposições internacionais.

O projeto Cultura ao Meio-Dia é uma iniciativa da Coordenação de Relações Públicas do Senado, e teve início em setembro do ano passado, com a apresentação semanal de filmes brasileiros. Qualquer pessoa pode assistir às exibições, com entrada franca.

Pesca terá debate hoje na TV Senado

Os problemas gerados pela pesca predatória serão discutidos hoje, às 19h30, na TV Senado, pelo senador Leonel Paiva (PFL-DF) e pelo agrônomo João Carlos de Souza Carvalho.

Leonel Paiva já anunciou que apresentará um projeto proibindo a pesca profissional em rios, lagos e lagoas, para evitar o desaparecimento de espécies ameaçadas, como o dourado.

Lúdio fala da revitalização de cooperativas

O programa de revitalização das cooperativas agrícolas, apresentado pelo governo federal, será analisado hoje, na TV Senado, pelo senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Os problemas do setor agrícola e a securitização das dívidas dos produtores rurais são outros assuntos da entrevista, que vai ao ar às 9h30, 12h15 e 18h45.

Proposta que pune a lavagem de dinheiro e projeto sobre o sigilo bancário são dois instrumentos essenciais, afirma o senador

Combate ao crime organizado exige nova lei, defende Tuma

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou sexta-feira que a aprovação do projeto de lei fixando penas para os crimes de lavagem de dinheiro e do projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ampliando as situações em que se poderá pedir a quebra de sigilo bancário dos acusados de fraudes ou enriquecimento ilícito são fundamentais no combate ao crime organizado.

Na opinião de Tuma, tanto os recursos oriundos do tráfico quanto de operações financeiras ilícitas ofendem os brasileiros menos favorecidos. E não há nada melhor no combate ao tráfico do que "atacar o sistema financeiro" desses criminosos.

Romeu Tuma disse, também, que não se pode pensar em programas de combate às drogas sem estimular a participação da sociedade para evitar o crescimento do consumo, uma vez que o próprio consumo pressiona um au-

mento da produção das drogas e, conseqüentemente, o tráfico.

Finalmente, o senador destacou entrevista do chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, assinalando que o fato é um marco importante contra o crime organizado, por se tratar de uma autoridade de reconhecida competência e que priva da intimidade do Poder.

Na opinião de Tuma, "a entrevista mostra que a escalada da violência nas principais cidades brasileiras, conseqüência direta do crescente poder do crime organizado, começa a merecer a atenção há muito reclamada pela população".

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) apoiou o discurso de Tuma defendendo o controle de armas pelo Exército para inibir a ação dos traficantes de drogas que, se-



Tuma: ofensa aos cidadãos menos favorecidos

gundo ele, se alastra pelo país. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) destacou que o projeto que tramita na Casa sobre lavagem de dinheiro é um dos mais importantes. O senador Elcio Alvares (PFL-ES) disse que o projeto aprovado quinta-feira na CAE sobre a lavagem de dinheiro é um dos mais importantes que devem entrar na pauta de votações da convocação extraordinária.

José Alves condena bloqueio a Cuba e lembra visita do papa

O senador José Alves (PFL-SE) disse sexta-feira que a recente visita do papa João Paulo II a Cuba serviu para fortalecer, em especial, o "sentimento fraterno e telúrico do povo americano, que se confraternizou espiritualmente com seus irmãos cubanos, demonstrando solidariedade aos seus legítimos anseios, principalmente no que se refere ao abominável bloqueio econômico, tão veementemente condenado pelas nações livres do mundo".

Ele disse que, mesmo não demonstrando mais aquele vigor físico que se via quan-



José Alves: hospitalidade cubana

do iniciou o pontificado, há 20 anos, João Paulo II não retrocede em "sua coragem moral de dizer a verdade em qualquer circunstância, uma verdade solidificada pela experiência

milena da Igreja e da humanidade que cala fundo no coração humano e na consciência íntima das pessoas, dos povos e dos governos".

A realidade de Cuba não será a mesma depois desse acontecimento histórico, pelo menos no coração dos cubanos - afirmou José Alves, acrescentando que "foi muito edificante a generosa hospitalidade do povo cubano ao sumo pontífice, pois eles esqueceram as suas diferenças internas, calaram os seus protestos e ouviram, como família disciplinada e comunidade civilizada, a palavra".

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) sobre o programa de revitalização das cooperativas agrícolas
- 8h - Debate com o senador Leonel Paiva (PFL-DF) e o agrônomo João Carlos de Souza Carvalho sobre a pesca predatória
- 9h30 - Entrevista com o senador Lúdio Coelho
- 10h - Comissão de Constituição e Justiça - sessão do dia 28/01/97; discussão da Lei Pelé (reapresentação)
- 12h15 - Entrevista com o senador Lúdio Coelho
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- 18h45 - Entrevista com o senador Lúdio Coelho
- 19h30 - Debate com o senador Leonel Paiva e o agrônomo João Carlos de Souza Carvalho
- 20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 20h40 - "Senado em Pauta"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 0h40 - "Senado em Pauta"
- 1h - Debate com o senador Leonel Paiva e o agrônomo João Carlos de Souza Carvalho
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h15 - "Senado em Pauta"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
- 6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 3h - Música e informação até as 7h30

Maldaner sugere medidas para garantir educação

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou não haver "mágica" possível no atual quadro do ensino superior que faça o país prescindir da contribuição das escolas privadas, e que só políticas de amparo ao jovem estudante poderão evitar a exclusão dos poucos brasilei-

canismos de entendimento que garantam os direitos de escolas e estudantes. O que não pode é o Estado omitir-se na prestação de um serviço que a sociedade demanda. Pelo número de alunos inscritos nos cursos noturnos das instituições particulares de ensino, fica óbvio que a sociedade brasileira tem uma demanda real e reprimida por vagas nessa faixa de horário. Cabe ao governo e, principalmente, às suas escolas atendê-la - ponderou.

Casildo Maldaner informou que o Brasil dispõe de cerca de 700 instituições de ensino superior, entre universidades, federações de escolas e escolas isoladas. Dessas, apenas cerca de 10% são públicas, federais, estaduais ou municipais, e as restantes são da iniciativa privada.

- Do 1,66 milhão de alunos matriculados no ensino superior, dois terços estão em instituições privadas, e desses, mais de 70% são alunos de cursos noturnos. Nas instituições públicas, que absorvem apenas um terço do alunado, somente cerca de 20% deles frequentam cursos noturnos. O Crédito Educativo é um mecanismo que pode ser utilizado para minorar o índice de inadimplentes - destacou.



Maldaner: demanda reprimida

ros que conseguem chegar à universidade. Levar as escolas privadas ao fechamento por falta de arrecadação de recursos para sua manutenção não é solução porque, conforme disse, aumentaria ainda mais o número de excluídos.

- O governo deve atuar não apenas como garantidor da qualidade do ensino, mas também assegurar a existência de me-

Ademir apóia pleito contra cortes na UFPA

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) endossou as reivindicações do reitor da Universidade Federal do Pará, Cristovam Diniz, que em ofício remetido ao ministro da Educação, Paulo Renato, pede para que não hajam cortes nos recursos destinados àquela instituição, salientando que podem ocasionar o fechamento de cursos e o desmantelamento da estratégia de interiorização do ensino.

Segundo o senador, os cortes anunciados pela administração federal, embora tenham um impacto nocivo no sistema de ensino, pouco representam no bojo do Orçamento de União. E afirmou que no caso da Universidade



Ademir: fechamento de cursos

Federal do Pará podem agravar as deficiências já existentes, ocasionar o colapso das pesquisas e o retrocesso na estratégia geopolítica, que "busca preservar a soberania por meio da ocupação desarmada e do conhecimento qualificado da região amazônica".

Senadora manifesta preocupação com projeto que tramita no Congresso e que regulamenta exploração de minérios em terras indígenas

Marina: garimpo leva morte aos yanomami

Os yanomami e outras populações indígenas estão sendo vítimas de uma "verdadeira chacina", segundo afirmou sexta-feira a senadora Marina Silva (PT-AC), ao manifestar sua preocupação com o projeto que regulamenta o garimpo em terras indígenas, o qual se encontra tramitando no Congresso.

Ao comentar nota que lhe foi enviada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Marina Silva cobrou do governo brasileiro providências capazes de reverter o quadro de mortalidade infantil entre os índios yanomami, que já atinge 13%, enquanto entre os não-índios este índice não ultrapassa 1,5%. A denúncia, conforme Marina, é dos sindicatos dos Servidores da Saúde e dos Servidores Públicos Federais, com base em dados do Distrito Sanitário Yanomami (DSY), órgão do Ministério da Saúde.

Somente no ano passado 45 bebês yanomami morreram an-



Marina: "Verdadeira chacina"

tes de completar um ano de idade, o que significa um número expressivo, pois a taxa de natalidade deles é de 4,4%, denunciou a senadora. Ela atribuiu "essa situação preocupante" à omissão dos poderes públicos, "que se quisessem poderiam impedir esse processo que aos poucos vai dizimando aqueles índios".

- Do ponto de vista das entidades de apoio às comunidades indígenas, das suas próprias organizações e de vários segmentos da sociedade, o Projeto de Lei nº 1.610, que regulamenta o garim-

po em terras dos índios, vai agravar em muito a situação de contaminação e de distorção da atividade garimpeira dentro dessas comunidades - afirmou a senadora.

Marina ressaltou que a recente operação para retirada de garimpeiros da área yanomami afastou apenas 750 dos 3 mil garimpeiros que atuam na região:

- Eles atiram mercúrio nos rios e igarapés, contaminando-os e causando um dano praticamente irreversível, atingindo as águas, os peixes, enfim todas as formas de sobrevivência que os índios podem utilizar - advertiu Marina.

Segundo a senadora, as populações indígenas, que chegavam a 5 milhões, estão hoje reduzidas a 200 mil pessoas no Brasil: "Não se pode admitir que, às vésperas da passagem do milênio, tenhamos dados dessa natureza".

João Rocha defende instalação de indústrias de calçados no Tocantins

O senador João Rocha (PFL-TO) defendeu sexta-feira a instalação de indústrias de calçados no Tocantins. Segundo ele, o processo seria simples, com a utilização de uma linha especial de crédito do BNDES, e teria uma dimensão estrutural, de custo e tecnologia, altamente compensadora. João Rocha acrescentou que aquele estado tem todas as características para esse tipo de indústria, incluindo-se um rebanho bovino com mais de 6 milhões de cabeças, quando se sabe que uma das dificuldades do setor é o fornecimento de matéria-prima.

De acordo com o senador, o governo tem todos os motivos para socorrer a indústria calça-

distas. "Removidas as causas que vêm impedindo sua expansão no mercado exterior, ela contribuirá significativamente para o equilíbrio de nossas contas externas, além de aliviar as pressões sociais causadas pelo desemprego", assinalou.

João Rocha defende a união de esforços do governo e dos produtores para preservar um setor em que o país tem condições de alcançar notável expansão, não obstante a concorrência de grandes produtores, como Estados Unidos, Alemanha e França, que deslocaram suas fábricas para a Ásia.

O senador observou que, com o Plano Real, o setor entrou em forte crise, fechando-



João Rocha: crédito do BNDES

se mais de 100 fábricas somente no Rio Grande do Sul e em São Paulo, com demissão de mais de 40 mil empregados. As dificuldades surgiram a partir da supervalorização do Real, que anula a capacidade de concorrência no mercado externo, afirmou João Rocha.